



ANO V

N.º 27

São Paulo,  
dezembro, 1991

# Independência do Brasil

Eng. Mário Freire Filho

PREZADOS IRMÃOS AMIGOS, CUNHADAS E CONVIDADOS

NESTA FESTIVA REUNIÃO ESTAMOS COMEMORANDO O TRANSCURSO DO CENTÉSIMO SEXAGÉSIMO NONO ANO DE VIDA BRASILEIRA INDEPENDENTE DE PORTUGAL

OS PRIMEIROS 322 ANOS DA VIDA BRASILEIRA

O sistema colonial implantado no Brasil por Portugal, baseou-se na exploração do açúcar, produto de grande procura no mercado europeu.

As primeiras lavouras canavieiras foram instaladas na região de São Vicente, mas, limitadas pelo paredão da Serra do Mar e as dificuldades de acesso ao planalto, impediram uma agricultura rentável.

Foi assim, deslocada para o Nordeste, onde haviam condições ecológicas ideais: abundância de matas, rios, várzeas e o tipo de solo altamente propício ao cultivo da cana — o massapé. Os rios facilitavam o transporte e as matas forneciam as madeiras para as edificações e para a lenha necessária aos engenhos.

Olinda tornou-se o centro de irradiação da lavoura canavieira.

O sistema familiar era patriarcal:

Além de povoar e administrar a colônia, era também necessário defender as costas brasileiras e fazer o reconhecimento das novas terras.

Foi então preparada a expedição de Martim Afonso de Souza que partiu de Lisboa em 1531.

Fundou vilas em São Vicente e nos campos de Piratininga, quando recebeu notícia da criação do sistema de capitania hereditária. Subseqüentemente prosseguiu a organização político-administrativa da nova colônia da vida brasileira.

No século XVII ressaltam as pro-fícuas atividades dos paulistas nas expedições pelo interior do Brasil, através das famosas bandeiras.

O bandeirismo, rompendo os limites do tratado de Tordesilhas, teve acentuada importância na expansão geográfica do Brasil colonial, alargando o território que pertencia aos espanhóis e dando ao Brasil uma configuração territorial aproximada a de hoje, pelo tratado de Madri, regularizados os limites.

Em 1674, partiu de São Paulo a bandeira de Fernão Dias Paes a procura de esmeraldas. Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhangüera, também abriu caminhos pioneiros para o Brasil Central.

Assim, em menos de 30 anos, estava localizada a maior parte de minas das principais zonas auríferas do Brasil: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Em 1765, instituiu-se a "derrama", isto é, a cobrança forçada dos impostos atrasados. Tal medida tornou-se bastante odiada, e atingia todos os habitantes de Minas Gerais, obrigando-os a completar, com os recursos que possuísem, a quantidade de arrobas de ouro exigidas por Portugal.

Com o tempo, diminuindo cada vez mais a produção de ouro pelo esgotamento das minas, os impostos começaram a atrasar-se, mas a fiscalização e a cobrança continuaram rígidas.

A esses fatores de ordem econômica e política, somava-se um outro, de ordem cultural: a divulgação das doutrinas dos filósofos do século XVIII, condenando o absolutismo e o sistema colonial.

Por outro lado, a independência dos Estados Unidos em 1776, despertou nos brasileiros, igual desejo de emancipação, desta forma foram ganhando corpo os ideais revolucionários. Logo se formou um grupo de conspiradores, com o intuito de preparar um movimento de emancipação.

O primeiro movimento de rebelião contra o sistema colonial brasileiro, foi a Conjuração Mineira ou Inconfidência Mineira, em Vila Rica, atual Ouro Preto, no ano de 1789.

A composição do grupo conspirador mostra que seus membros pertenciam a camadas superiores da sociedade mineira. O Clero também participou ativamente.

Esperando que a "derrama" fosse lançada no primeiro semestre de 1789, os conspiradores acertaram que a revolução seria deflagrada quando a medida se efetivasse. O plano estratégico foi discutido minuciosamente: Joaquim José da Silva Xavier, que tinha a alcunha de Tiradentes, o principal conspirador, ocuparia o Palácio do Governador, com o apoio das tropas de Freire de Andrade; o caminho do Rio de Janeiro seria tomado e soldados seriam despachados para São Paulo.

Em busca de novas adesões, Tiradentes partiu para o Rio de Janeiro. Entretanto, Joaquim Silvério dos Reis, um dos conspiradores, esperando que a Corôa perdoasse suas dívidas, denunciou todos os planos

(Continua na 2.ª Página)

# Independência do Brasil

(Continuação da 1.ª Página)

e delatou todos os seus companheiros.

O Marquês de Barbacena suspendeu a "derrama" e ordenou a prisão dos inconfidentes.

Tiradentes que chamara a si toda a responsabilidade pelo movimento, foi condenado a morte na forca e ao esquartejamento. Os demais implicados, de início também condenados a morte, tiveram suas penas comutadas em degredo, e banidos do Brasil.

Queremos ressaltar aqui a impressionante marcha de Tiradentes rumo a força, sua coragem e destemor ante a morte. Antes de ouvir a sentença, dissera aos oito juízes que o julgaram: "Se eu tivesse 10 vidas, 10 eu as daria pela libertação do meu povo." Assim escreveu o nosso prezado Irmão-Amigo, o historiador Luiz Wanderley Torres no seu famoso livro "Tiradentes, a Aspera Estrada para a Liberdade".

Lamentamos não termos podido contar hoje com a sua presença nesse jantar.

A situação agravou-se, quando o Príncipe Regente recebeu, a 09 de dezembro de 1821, os decretos 124 e 125 das Cortes, mandando eleger e empossar uma "junta" que se encarregaria do Governo em sua substituição, D. Pedro deveria retornar a Portugal.

Imediatamente, um manifesto com mais de cinco mil assinaturas colhido no Rio de Janeiro, foi entregue ao Príncipe, que, contando com tal apoio decidiu permanecer no Brasil, desobedecendo as ordens de Portugal.

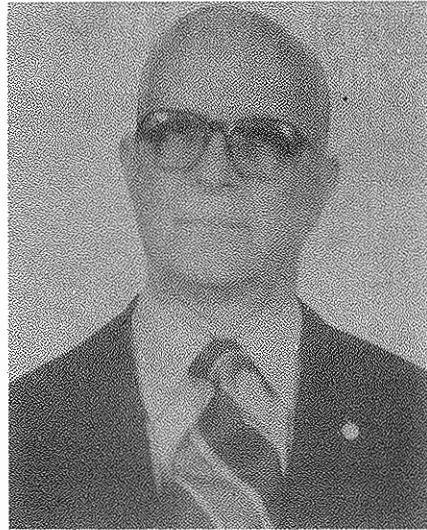
Este acontecimento ocorrido no dia 09 de janeiro de 1822, ficou conhecido como o dia do "Fico".

A 07 de setembro de 1822, D. Pedro recebeu de Portugal novas ordens, que o levaram a romper definitivamente com a Metrópole.

As notícias de Lisboa, remetidas do Rio de Janeiro por José Bonifácio, com o Conselho de que tomasse uma decisão final, foram entregues a D. Pedro, a margem do Rio Ipiranga. Lidas as cartas, D. Pedro pronunciou o Retumbante Grito de "Independência ou Morte".

O "Grito do Ipiranga" ficou registrado na História do Brasil como o episódio que definiu publicamente a emancipação política do País.

Todos os países continentais pan-americanos, proclamaram sua independência no primeiro quarto do século XIX, entre 1811 e 1825.



ENG. MARIO FREIRE FILHO

Mencionaremos nesta oportunidade um acontecimento de grande relevo para a segurança da nossa Pátria e para todos os países das Américas, fortalecendo a sua união e a sua independência. Foi a ação de "James Monroe", presidente dos Estados Unidos. Ele reconheceu as novas repúblicas da América Latina e elaborou em 1823 o conjunto de princípios da política exterior – que denominou-se "Doutrina Monroe", sintetizado no lema "A América para os Americanos".

A doutrina "Monroe" inspiraria a política norte-americana relativa ao Brasil e aos demais países da América. Foi um dos esteios da nossa independência.

Mereceu, por isso, o reconhecimento do nosso governo, que construiu no Rio de Janeiro, o belíssimo "Palácio Monroe" onde funcionou durante muitos anos o Senado da República, como lembrança perene dos brasileiros.

D. Pedro I governou o Brasil cercado de pressões durante nove anos e, em 7 de abril de 1831, resolveu abdicar ao trono em favor de seu filho, que, na ocasião, contava com cinco anos de idade.

A 23 de julho de 1840, com 15 anos incompletos, o herdeiro foi declarado Imperador: iniciava-se o reinado de D. Pedro II, que duraria 49 anos.

Em 1883, surgia no Rio de Janeiro a poderosa confederação abolicionista, liderada por José do Patrocínio.

Este, ao lado de Rui Barbosa e Luiz Gama, foi, sem dúvida, o líder máximo do abolicionismo.

Em 1888, a Princesa Isabel, Regente do Trono em substituição ao pai que se encontrava na Europa, convocou o gabinete presidido pelo Ministro João Alfredo, para resolver

a questão da abolição. As pressões eram imensas e elaborou-se uma lei – a chamada Lei Aurea – que abolia simplesmente a escravidão, sem indenizar os proprietários. Essa lei teve uma rápida tramitação na Câmara e no Senado, sendo sancionada pela Princesa Isabel a 13 maio de 1888. Tinha apenas dois artigos.

Art. 1.º – "É declarada extinta a escravidão no Brasil" e "Art. 2.º – Revogam-se as disposições em contrário". (Nessa ocasião haviam no Brasil, 700.000 escravos).

Sem dúvida, a abolição ajudou a precipitar o advento da República, proclamada pouco mais de um ano depois.

A 11 de novembro de 1889 houve um encontro na casa do Marechal Deodoro da Fonseca, ao qual compareceram Rui Barbosa, Quintino Bocaiuva, Benjamin Constant, Francisco Glicério e outros republicanos. Decidiram que a data do golpe contra Ouro Preto seria 15 de novembro.

No entanto, os acontecimentos se precipitaram e, a 15 de novembro, não só caiu o gabinete, mas também a Monarquia. A República foi proclamada sem qualquer reação do Governo, num clima bastante calmo.

Terminava assim os 67 anos do Império brasileiro.

A primeira constituição republicana foi promulgada a 24 de fevereiro de 1891, tornando o Brasil uma República Federativa constituída por 20 Estados e um Distrito Federal.

Já estamos com 102 anos de regime republicano no governo.

Em 1930, a ditadura de Getúlio Vargas interrompeu por muitos anos a livre escolha de seu presidente, pelo povo brasileiro, custando isso, a vida de muitos brasileiros na gloriosa Revolução Paulista de 1932, pelo retorno da constituição.

Após a queda da ditadura, muitos fatos se passaram até a eleição de Jucelino Kubitschek, o fundador da nossa capital "Brasília", cumprindo assim dispositivo constitucional de 1891, e que deu impulso a economia do país através da nossa industrialização.

Depois, houve distúrbios governamentais, que culminaram com o comando do país pelos governos militares a partir de 1964 até recentemente, quando o povo brasileiro escolheu o governante, democraticamente.

Esperamos e pedimos a Deus, "Ordem e Progresso" sempre, lema da bandeira verde e amarela da nossa altaneira, amada e abençoada Pátria brasileira.

Muito obrigado.